

**ASPECTOS SOCIOCOMUNITÁRIOS
DA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA
YANOMAMI DE MATURACÁ/AM***



JOSÉ IVANILDO DE OLIVEIRA MELO**, JOSIEL DA SILVA MARCELINO***, ANA D'ARC
MARTINS DE AZEVEDO****, JOÃO CLAUDIO TUPINAMBÁ*****

Resumo: este artigo destaca uma pesquisa de Mestrado Profissional realizada entre os anos 2021 e 2023, no Programa de Pós-Graduação da Universidade da Amazônia (UNAMA). Teve como problema: como a dimensão comunitária, alinhada ao projeto pedagógico escolar, pode contemplar, no contexto yanomami de Maturacá/AM, práticas socioambientais? Como objetivo geral, analisar como a dimensão comunitária, alinhada ao projeto pedagógico escolar, pode contemplar, no contexto yanomami de Maturacá/AM, as práticas socioambientais. Teve como objetivos específicos, identificar dilemas e desafios, do seu universo cultural, que podem auxiliar na formação das novas gerações yanomami para uma maior consciência ecológica; levantar os desafios educativos, a partir do cotidiano da comunidade, de lideranças, professores e alunos e apontar estratégias pedagógicas presentes no Projeto Pedagógico da Escola Indígena Imaculada Conceição. Como metodologia, adotou-se a pesquisa de campo do tipo participante. Essa pesquisa, considera que os Yanomami apresentam

* Recebido em: 20.03.2023. Aprovado em: 18.08.2023.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental (PPGC-UNAMA). Pároco-Reitor da Paróquia Santuário São José Operário – Manaus (AM). *E-mail:* joseivanildo@isma.org.br

*** Jovem Indígena Yanomami da Comunidade de Maturacá. Egresso da Escola Imaculada Conceição. *E-mail:* josielsilva@isma.org.br

**** Doutora em Educação. Professora Adjunto da Universidade do Estado do Pará – UEPA e Professora Titular nos Programas de Pós-Graduação em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Sustentável – PPGC/UNAMA e de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura – PPGCLC/UNAMA. *E-mail:* azevedoanadarc@gmail.com

***** Mestre em Economia. Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental – PPGC/UNAMA. *E-mail:* joao.arroyo@unama.br

limites, ambiguidades e dilemas em seu processo educativo. Entretanto, existe um sentido de pertença comunitária como caminho sociocomunitário para uma educação ecológica.

Palavras-chave: *Educação Indígena. Sociocomunitária. Socioambientais. Yanomami. Educação Ecológica.*

Este artigo, o qual é recorte da pesquisa de mestrado profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental, do Programa de Pós-Graduação da Universidade da Amazônia (UNAMA), realizada entre os anos 2021 e 2023, foi conduzida a partir do questionamento: como a dimensão comunitária, alinhada ao projeto pedagógico escolar, pode contemplar, no contexto yanomami de Maturacá/AM, práticas socioambientais? Teve como objetivo geral analisar como a dimensão comunitária, alinhada ao projeto pedagógico escolar, pode contemplar, no contexto yanomami de Maturacá/AM, práticas socioambientais. Os objetivos específicos, considerados na pesquisa, consistiram em identificar dilemas e desafios do seu universo cultural que podem auxiliar na formação das novas gerações yanomami para uma maior consciência ecológica; levantar os desafios educativos, a partir do cotidiano da comunidade: lideranças, professores e alunos, e apontar estratégias pedagógicas presentes no Projeto Pedagógico da Escola Indígena Imaculada Conceição.

A pesquisa teve como tipo de estudo: estudo de campo tipo participante, que admitiu a abordagem da pesquisa do tipo qualiquantitativa em que se buscou conjugar as dimensões quantitativas e qualitativas da pesquisa, na modalidade qualiquantitativa, por entender que nem sempre o conhecimento sistematizado foi oferecido pelo objeto de pesquisa ou pela simples análise do pesquisador. Nesse sentido, mesmo valendo-nos de aspectos descritivos e explicativos, essa pesquisa foi predominantemente exploratória e indutiva. Teve como instrumentos: questionários e entrevistas semiestruturados com a ajuda de um diário de campo. Os participantes neste artigo serão identificados pelas letras iniciais dos seus nomes. A pesquisa teve 30 professores (todos indígenas), 1 diretor da escola (não indígena), um coletivo de alunos do Ensino Fundamental, 127 alunos do Ensino Médio, 21 lideranças jovens, 5 lideranças da comunidade, além da participação em grupos de estudos sobre questões indígenas.

A coleta de dados seguiu para uma prévia orientativa das intuições que moveu, em que foram aplicados formulários com perguntas relativas ao tema para educadores egressos de escolas rio negrinas e gestores de escolas indígenas. Com base nas respostas da pesquisa, foi construída de forma participativa, segundo o método comparativo, uma proposta de jornada pedagógica, durante a qual foram elaboradas as diretrizes gerais do projeto pedagógico-intercultural em um “mural do conhecimento”, que ajudassem os gestores e os educadores da escola Yanomami de Maturacá para elaborarem seus projetos de ensino segundo os princípios da interculturalidade estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

A análise dos dados da pesquisa consistiu em indicadores de análise que foram organizados, a partir dos objetivos específicos, a saber: Os aspectos sociocomunitários da Educação Yanomami; Os aspectos socioambientais da Educação Yanomami na Comunidade de Maturacá; As estratégias pedagógicas sobre os aspectos socioambientais que estão presentes no Projeto Político Pedagógico da Escola Imaculada Conceição. O aspecto ético da pesquisa considerado, foi a autorização dos participantes (nomes fictícios), a partir de uma reunião prévia registrada em ata (em apêndice), a fim de explicar a pes-

quisa para o corpo docente da Escola Imaculada Conceição e lideranças comunitárias. Do mesmo modo, a Inspeção Salesiana, mantenedora da presença missionária, por meio do seu Diretor Presidente, concedeu autorização para acesso aos materiais necessários.

Os autores mais importantes para a pesquisa foram: Laudato (2009); Almeida (2020); Felix (2007); Brito (1995); Kopenawa (2015).

Os Yanomami ocupam um território que abrange os estados brasileiros do Amazonas e Roraima, 7 municípios, além do sul da Venezuela. O decreto presidencial que homologou a reserva yanomami foi assinado em 25 de maio de 1992, e abrange dois estados brasileiros (Amazonas e Roraima). Na parte Amazonense, abarca as cidades de Santa Isabel do Rio Negro, de Barcelos e de São Gabriel da Cachoeira, município ao qual pertence o distrito de Maturacá (AGUIAR, 2018).

Maturacá recebe o nome do rio que banha a comunidade, abastecendo peixes e conectando a aldeia com outros povoados. É por esse rio que a comunidade se aproxima do Pico da Neblina (*Yaripo*) e se conecta com os afluentes do rio Cauaburis: rio Maiá, Inambú, Ia Grande. Em Maturacá, existem atualmente cinco comunidades: Ariabú, que é o *Xapono* originário; Maturacá, o segundo *Xapono* a se formar por conta do aumento populacional e de questões de conflito de lideranças; os mais recentes: Auxiliadora, União e Santa Maria.

Em Maturacá estão presentes várias organizações civis e militares: o exército brasileiro, por meio do Pelotão de Fronteira (1989), um distrito de Saúde Indígena (FUNASA), um posto da Fundação Nacional do Índio, FUNAI (que está desativada), a Missão Salesiana e duas associações indígenas: Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) e Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK).

A história do Povo Yanomami é feita de muita luta e resistência ao domínio ocidental de seu território e culturas. É um povo que:

Antes do convívio interétnico, eram nômades ou seminôles, começaram a se fixar por longos períodos perto das roças cultivadas. O progressivo aumento da produção agrícola, por outro lado contribuiu para amenizar os problemas sazonais de suprimento de alimento, além de favorecerem outros espaços e tempos para o cultivo das cestarias, pesca, descanso e práticas esportivas (ALMEIDA, 2020, p. 97).

A pesquisa destaca que existem muitos saberes nos espaços não formais de Educação como bases importantes na formação do imaginário identitário de comunidades indígenas. A pesquisa denomina estes saberes, transmitidos de forma difusa no cotidiano da vida, e que envolvem diversos agentes e o espaço social destas relações, de Educação Sociocomunitária.

Esta compreensão de Educação não exclui a escola formal, ao contrário, pode enriquecer, por exemplo, seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e, ao mesmo tempo, fortalecer a cultura local. Com o apoio do gestor e colaboração dos professores, esta pesquisa entrega à comunidade não só um texto, mas a síntese de uma experiência compilada de forma pedagógica que subsidiará nas memórias quanto à origem, os valores e os horizontes socioambientais para o uso sustentável dos seus recursos terrestres e a formação educativa da comunidade, frente ao avanço das fronteiras da exploração mineral ilegal e da prática do ecoturismo na região.

Pontua-se que a Educação é o mais importante caminho, pelo qual o homem é humanizado e pode desenvolver altas possibilidades de realização pessoal e serviço à sociedade, que promova aprendizagem ao longo da vida para todos (AGENDA 2030, 2022).

Consciente que no processo histórico de construção e sistematização do conhecimento, o ambiente da escola formal tornou-se prioritário sobre os demais espaços sociocomunitários de saberes, é que se inverte a lógica nesta pesquisa: dos espaços comunitários yanomami para se chegar na escola formal local.

Sob a responsabilidade do estado, a Educação tornou-se um projeto de sociedade onde os interesses das classes dominantes, muitas vezes, impuseram-se sobre os desejos de minorias. Reconhecer a existência e a especificidade de grupos minoritários, oferecendo o suporte operacional, a efetivação de um ensino diferenciado é um audacioso projeto e uma importante ferramenta de autonomia comunitária que se acredita ser capaz de formar integralmente uma sociedade, pois “a educação indígena é o tipo de educação que se faz na comunidade. “É na comunidade que está o contato com a terra, com os animais, com as nossas tradições” (FELIX, 2007, p. 19).

A organização deste artigo constitui-se da seguinte maneira: apresenta-se, de forma sucinta, um quadro geral da Educação Escolar Indígena de Maturacá. Em seguida, delineam-se os traços sociocomunitários de Maturacá; um cenário sobre turismo e garimpo como ferida aberta. Nessa narrativa inclui-se a grave situação causada pelos garimpos ilegais. Por fim, ao falar de uma escola sem muros, apresentam-se relatos da pesquisa alinhados com os objetivos da pesquisa sobre: Projeto Político Pedagógico como apontamentos participantes de Diretrizes Pedagógicas para a Educação Socioambiental na Escola Indígena de Maturacá; *Xapono: A Casa Comunitária e Educar com a Terra-Floresta: Ipa Uhiri*.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE MATURACÁ

A história da Educação Escolar Indígena no Brasil é ampla e com sucessivas fases de negações, de abusos e de interferências culturais. Foi só a partir da década de 1970, com o aumento das pressões de ONGs e organismos eclesiais, que se começou a falar em ensino bilíngue e intercultural. Mas foi com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que o ensino intercultural passou a ser um tema paulatinamente aprofundado (FELIX, 2007).

Não obstante, mesmo com o respaldo legal, parece haver um abismo entre as publicações e a efetivação prática de tais leis pelos órgãos competentes dos estados, municípios e gestores locais, o que gera um ambiente escolar indígena frágil, em grande medida sufocado pelas mesmas diretrizes curriculares das escolas convencionais. Por outro lado, salienta que “uma normatização excessiva ou muito detalhada”, poderia inibir outras importantes criações locais “e falhar no atendimento a demandas particulares” de povos diferentes (GRUPIONI, 2002, p. 131).

Na comunidade indígena de Maturacá o ensino da escola formal chegou com a missão católica dos salesianos, na década de 1950, e se desenvolveu com a participação de diversos etnólogos, educadores, pedagogos e indígenas.

Por conta do regime de parceria que existe entre a SEDUC e a Diocese de São Gabriel da Cachoeira, cabe aos salesianos a gestão escolar e o acompanhamento da formação dos professores. Inclusive, o atual quadro de professores resulta de uma parceria feita pela SEDUC e os salesianos para possibilitar o magistério indígena. O início desse ensino chegou por meio:

Da missão católica salesiana, a partir do ano de 1952, quando o sergipano Padre Antônio José Góes, teve o primeiro contato com os “temidos Kohoroxithari” que habitavam a região do Pico da Neblina, à margem esquerda do Rio Maturacá. A partir de 1954 com o erguimento de uma primeira capela e a autorização dos Tuxáua Yanomami para a fixação de residência missionária na aldeia, esta presença formativa começa a ganhar contornos específicos (ALMEIDA, 2020, p. 59-61).

Decorridos quatro anos desde o primeiro contato, “a missão foi oficialmente inaugurada em 24 de maio de 1958” pelo superior religioso dos salesianos na região Norte. Segundo os registros do Padre Miguel D’Aversa, o Inspetor à época da inauguração, o nome Nossa Senhora de Lourdes foi dado à missão por conta do centenário das aparições da Imaculada Conceição na França, no ano de 1858 (PPP, 2018).

Atualmente, a Missão Salesiana na aldeia de Maturacá é um complexo predial com: uma Igreja paroquial, uma residência onde habitam os missionários salesianos e leigos voluntários. Nesse complexo, também tem a Escola Indígena Imaculada Conceição que atende um total de 510 alunos, sendo 369 alunos do Ensino Fundamental e 141 alunos do Ensino Médio. E a escola Nossa Senhora de Guadalupe, localizada nas proximidades do Rio Maiá, funciona como sala anexa e tem hoje 227 alunos, sendo 159 no Ensino Fundamental e 68 no Ensino Médio. Com isso:

Hoje, a maior parte das Escolas Yanomami é reconhecida pelos estados e municípios e consequentemente tem professores indígenas (Yanomami e de outras etnias) contratados regularmente, compondo portanto o sistema de matrículas vigente, se constituindo assim em espaços formais de escolarização, diferente do que fora no passado, onde a escolarização se realizava em espaços informais, com professores não-indígenas ligados a ONGs e missões religiosas, estando à parte do sistema educacional (AGUIAR, 2018, p. 31).

Na escola, os processos de aprendizagem estão amparados em resoluções nacionais e estaduais, de tal modo que estão garantidos os princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade. Os saberes e as práticas indígenas yanomami ancoram o acesso a outros conhecimentos, de modo a valorizar os modos próprios de conhecer, de investigar e de sistematizar, valorizando também a oralidade e a história yanomami.

Neste sentido, a Educação Escolar Indígena contribui para o projeto societário e para o bem viver da comunidade, contemplando ações voltadas à manutenção e à preservação de seu território e dos recursos nele existentes. São considerados, portanto, como atividades educativas, os espaços, o tempo da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela. Em diálogo com as lideranças, a escola respeita as festas comunitárias, os tempos de caça e pesca. Nos dias que se procedeu a coleta de dados da pesquisa, foram vistos na comunidade diversas iniciativas pedagógicas, como por exemplo, o marco de 30 anos de demarcação da terra yanomami, evento fortemente celebrado.

A COMUNIDADE YANOMAMI DE MATURACÁ

Vivendo em uma região isolada, a troca de produtos representa uma importante forma de comércio local, com fortes características de economia solidária. Entretanto, a distância, que em outras épocas representaram uma proteção “natu-

ral”, hoje ficou reduzida pelo aparecimento de pistas clandestinas para pequenas aeronaves nas áreas de mineração e o trânsito regular de “intrusos e aventureiros” pelos rios. A primeira grande invasão histórica aconteceu com a criação da Rodovia Perimetral Norte (1973-1976), cortando a parte meridional do território yanomami numa extensão de mais de 200 quilômetros, desde sua intercessão com a BR 174 (BRASÍLIA, 1990).

A situação de contaminação foi tão grave que as aldeias do Ajanari perderam entre os anos 1975 a 1976 cerca de 22% de sua população. No rio Catrimani esse número chegou a 50% da população local. Estas interferências externas, além do prejuízo ambiental, ocasionaram a migração dos indígenas dentro do território. Muitos grupos, fugindo do contato com as novas fronteiras da presença dos brancos, ou mesmo pelo aumento populacional, deslocaram-se dos pontos mais altos do território para outros locais em suas extremidades. Esse processo migratório e outros conflitos étnicos originaram a ocupação da região do Rio Cauaburis e seus afluentes.

Almeida (2020) registra, em recente pesquisa, que já na década de 1940 houve episódios de contato de povos Yanomami com as populações do Rio Negro. As circunstâncias foram sempre tensas, até que em 1952 “quatro cablocos”, conseguiram fazer os primeiros contatos pacíficos, e que mais tarde seriam os companheiros do padre Antônio José Góes no ingresso da aldeia de Maturacá (ALMEIDA, 2020).

Informações do Instituto Socioambiental (ISA-2019), último ano em que foram realizadas pesquisas presenciais antes da pandemia, apresentam uma população de 26.780 pessoas na Terra Indígena Yanomami. Na parte brasileira eram 19.338 pessoas, e, 228 comunidades. Infelizmente esses dados estão defasados, limitando uma real compreensão da situação populacional. Na própria aldeia do rio Maturacá existem diversas informações sobre a população local que não coincidem. Estima-se que nas cinco comunidades vizinhas: Ariabú, Maturacá, Auxiliadora, União e Santa Maria, vivem aproximadamente 2.042 pessoas.

Os Yanomami de Maturacá vivem em território fixo desde a criação da aldeia, pois eram nômades. Mas, desde o contato com a missão salesiana, por estímulo dos missionários católicos, se aperfeiçoaram também no cultivo de roças. São estas novas relações com a terra, que Felix (2007, p. 19) chama de “introdução alienígenas à realidade dos povos indígenas”, causaram modificações culturais no ritmo de vida da comunidade. Pois,

Os Yanomami que, antes do convívio interétnico, eram nômades ou seminôdes, começaram a se fixar por longos períodos perto das roças cultivadas. O progressivo aumento da produção agrícola, por outro lado contribuiu para amenizar os problemas sazonais de suprimento de alimento, além de favorecerem outros espaços e tempos para o cultivo das cestarias, pesca, descanso e práticas esportivas (ALMEIDA, 2020, p. 97).

Formam uma sociedade de caçadores, de pescadores e de coletores. Uma minoria são servidores públicos estaduais e municipais da área de Saúde e Educação. Outra fonte de renda são os auxílios governamentais e as aposentadorias dos idosos. Mas, recentemente, surgiram também os guias turísticos que recebem pagamento para conduzir turistas ao Pico da Neblina, mas esta prática ainda não está estabelecida, e nem mostrou-se efetiva na geração de renda. Eventualmente alguns indígenas se “aventuraram” no garimpo no Pico da Neblina e na Serra do Padre.

As moradias yanomami mantêm-se, de modo geral, em forma circular ou oval com um grande terreiro ao centro, projetado para os eventos comunitários, como: a festa da banana, a festa da pupunha, os rituais funerários, os avisos comunitários e mesmo para a prática de cheirar o *paricá*². Entretanto, hoje muitas casas já assimilaram formas ocidentais. Já se percebem casas em alvenaria e em madeira com varandas e pinturas coloridas. Normalmente, são as residências dos servidores públicos e dos comerciantes, o que pode indicar uma nova forma de diferenciação social, ou mesmo de assimilação cultural da cidade.

Na comunidade, a língua falada majoritariamente é o yanomami, conjunto cultural linguístico composto por pelo menos outros quatro subgrupos: *Yanomae*, *Yanômami*, *Sanima*, *Ninam*. Essa divisão é motivo de bastante discussão entre os etnolinguistas que identificam até 7 variações: *Yanomae*, *Yanomama*, *Yawari*, *Sanöma*, *Yanomami*, *Xirina* e *Ninam*. Para Laudato (2009, p. 15), mais do que se perder em “sutis e, às vezes, cansativas distinções e transcrições, não facilmente reproduzíveis no alfabeto convencional”, o mais importante é, de fato, fazer uma experiência profunda de vida com a comunidade, e aos poucos enriquecido por esses saberes, aprofundar as questões linguísticas até as precisões possíveis (LAUDATO, 2009).

Pelo exposto, experienciar convivências, nesses espaços, são possibilidades de aprendizagens que transformam, e novos sentidos se formam. São interlocuções que acontecem.

TURISMO E GARIMPO: UMA FERIDA ABERTA

Uma questão aberta como uma ferida no coração da Amazônia é a mineração. Desde a década de 1980 quando o governo identificou a presença de grandes reservas minerais, a região não parou de ser diuturnamente assediada por aventureiros e por grandes empresas de mineração. Hoje, segundo dados oficiais, são mais de 600 empresas com pedidos de autorização para mineração em terras indígenas em proporções de terra que somam juntas mais de 60% do território. “O garimpo continua sendo uma situação agravante desde o final da década de 1980, quando estima-se que aproximadamente 1.800 pessoas morreram em função de doenças e violência causada por garimpeiros que invadiram a Terra” (AGUIAR, 2018, p. 27).

No outro polo, contrário à mineração, está a exploração turística do território. Após 4 anos de discussões, o Instituto Socioambiental (ISA), juntamente com diversas organizações governamentais e associações indígenas: AYRCA e AMYK, apresentaram, em 2017, o Plano de Visitação Yaripo.

Yaripo, como é chamado pelos Yanomami, o Pico da Neblina, o ponto mais alto do território brasileiro, com 2.993 metros acima do nível do mar. É protegido pelo Parque Nacional do Pico da Neblina, que está sob os cuidados do ICMBio. Desde de 2012, conta com o Conselho Gestor do PARNA do Pico da Neblina, composto por sete representantes dos povos indígenas que habitam o Parque, dos quais 04 são Yanomami, além de representantes do ICMBio, Funai, Exército, ISA e outras sete instituições governamentais e da sociedade civil. Com ampla participação dos Yanomami da região de Maturacá, após sete etapas de diálogos e formações, o documento acredita ter chegado a termos que atendem as regulamentações “da Funai e do ICMBio ao mesmo tempo que contemple os anseios dos yanomami e respeite sua cultura e costumes” (YARIPPO, 2017, p. 11-12).

Após a aprovação do Plano de Visitação, foram abertos editais para as empresas que desejavam a realização da atividade na região, sendo três as vencedoras: *Operadora Ambiental Viagens e Turismo; Amazon Emotions e Roraima Adventures*. Em abril deste ano, já se iniciou a primeira experiência com a Operadora Ambiental Viagens e Turismo. O documento aborda que “a experiência proporcionada aos turistas será uma oportunidade para superar preconceitos e ampliar a aliança em defesa dos direitos indígenas e do meio ambiente” (YARIPO, 2017, p. 8).

O projeto Yaripo é uma iniciativa incipiente, que se apresenta com ares de legalidade e de respaldo das lideranças locais, mas que não parece ter tecitura suficiente para garantir a proteção de Maturacá, muito menos o desenvolvimento sustentável na região. Ao contrário, o progressivo contato com não indígenas e os produtos industrializados que paulatinamente são inseridos na comunidade, tendem a reproduzir um “cenário de vulnerabilidade socioambiental, em especial para as crianças” (GARCIA, 2022, p. 46).

UMA ESCOLA SEM MUROS

A Escola Indígena Imaculada Conceição, vista de fora, assemelha-se a qualquer outro prédio de Educação Pública Ocidental. Possui uma rotina de atividades e horários, tem sala de aulas convencionais, biblioteca e servidores, mas é nas entrelinhas das suas práticas que nota-se seu diferencial pedagógico.

Uma das primeiras observações feitas durante a pesquisa, foi o fato do prédio não possuir muros. Em tempos que determinados segmentos pretendem uma “escola sem partido”, aqui tem uma escola sem muros. A escola está toda aberta à comunidade e, por conseguinte, não possui porteiro ou vigia. Os alunos passam livremente de um espaço a outro nos intervalos sem resistência. Brincam no campo, correm para o ginásio, sobem nas mesas, ou vão beber água no refeitório sem nenhum obstáculo. Sobre a conservação do prédio, ou mesmo a proteção e o controle dos alunos, o gestor responde:

Essa questão já foi discutida aqui. Alguns queriam que fizéssemos um muro, mas decidimos deixar assim, sem muros. Os meninos ficam livres, a comunidade também entra na escola quando precisa. Às vezes, um tuxaua ou um pajé está passando por aqui e simplesmente senta aqui nos bancos e fica observando, fala com os alunos, com os professores ou comigo livremente. É bom ficar assim, a escola não está separada da aldeia (Prof. R. M. Entrevista realizada no dia 10/09/2022).

Mas a questão não é simplesmente os muros físicos, porém o simbolismo a que eles remetem. Os paredões das serras que cercam Maturacá são a sua proteção. Nelas moram os *Hekura*, os *Xapori* que cuidam da segurança da comunidade, não há o que temer. Assim, a escola permanece dioturnamente aberta aos passantes ao vasto pátio, as serras e ao rio. Todos os caminhos levam à comunidade e todas as comunidades estão conectadas na escola. A comunidade sente-se participante do processo educativo: “Nós construímos isso tudo aqui. Fomos nós que construímos com os padres. O *tuxaua* J. G. subia aqui para pregar essas telhas. Aqui não teve arquiteto, o engenheiro era o padre” (Liderança J. G. Entrevista no dia 01/06/2022).

Projeto Político Pedagógico: apontamentos participantes de Diretrizes Pedagógicas para a Educação Socioambiental na Escola Indígena de Maturacá.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola é como uma bússola que orienta práticas pedagógicas na escola. Mas, não basta ter um “bonito texto” no papel para chamar de PPP, é preciso que a ação coletiva democrática aconteça na execução desse importante Documento.

Em Maturacá, muitas iniciativas foram gestadas pela comunidade local, no sentido de buscar qualificação aos educadores e melhorias de ações preconizadas no Projeto Político Pedagógico. Conforme exposto no PPP da escola:

O gestor junto com os professores, tuxauas, lideranças e os pais dos alunos começaram esse mutirão de construção do Projeto Político Pedagógico, que teve seu início no ano de 2007. E acreditamos que o projeto sirva para nos orientar na construção de sua autonomia e usando assumir definitivamente seu papel, garantindo a todos o direito ao saber científico, cultural e ético do povo yanomami (PPP, 2022, p. 9).

Antes de 2007, haviam planos pedagógicos oferecidos pela coordenadoria da SEDUC, mas nunca atualizados ou trabalhados com os professores como corpo executor.

O atual projeto, atualizado pela última vez em 2018, está dividido da seguinte forma: apresentação, dados de identificação, dados históricos, justificativa, filosofia, objetivos, fundamentos, diagnóstico da escola, currículo, organização do trabalho escolar, plano de ação, avaliação da execução do projeto e suporte legal, num total de 41 páginas.

Na apresentação do texto, o diretor recorda que a comunidade tem vivido, especialmente nas últimas duas décadas em que se intensificaram os contatos do yanomami com a cultura ocidental, experiências desafiadoras no campo socioeducativo:

O povo Yanomami que vive em Maturacá há várias décadas vem percebendo e participando de muitas realidades que chegaram de fora, cultura ocidental (religião cristã, escola, comércio, língua portuguesa, a moda, contato com outras etnias [...]). Os “ihiru”(crianças) ainda não dominam a língua portuguesa, enquanto que os “huyahuya” (jovens) já conseguem se comunicar na língua portuguesa. Os “prowëprowë” (mais velhos) continuam sendo as colunas de sustentação das tradições Yanomami. Por isso, é muito importante que enquanto ainda estão vivos os “anciãos”, que os jovens aproveitem para aprender seus saberes, conhecimentos, práticas culturais, ritos, cerimônias, entre outros. Nossas experiências mostram que morrendo os “anciãos” fica difícil trabalhar com a questão da recuperação e revitalização das práticas culturais (O Diretor da Escola pesquisada. Entrevista realizada no dia 20/09/2022).

A experiência mostra que morrendo os anciãos, fica difícil trabalhar com a questão da recuperação e revitalização das práticas culturais. Por essa razão, as práticas pedagógicas são desenvolvidas de forma interdisciplinar, alicerçadas nos princípios da interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo, especificidade, organização comunitária, ou seja, um sistema de ensino próprio, visto que a maioria da comunidade participa desse processo de ensino.

A língua yanomami é a língua oficial na escola e a língua portuguesa é tratada como segunda língua para a convivência e a comunicação cotidiana, quer na escola ou na comunidade. Mesmo acontecendo o ensino regular, as disciplinas são ministradas de forma interdisciplinar e pluricultural, onde a função dos componentes curriculares den-

tro da escola passa a ser de possibilidade: a reflexão, a compreensão crítica da realidade, a capacidade de atuação sobre a situação sócio-cultural e a linguística do povo Yanomami.

Na Escola, as ações educativas devem estar voltadas para o fortalecimento dos povos indígenas Yanomami, no sentido de atender as suas reivindicações, pelo estabelecimento de uma vida digna, a fim de que seus direitos sejam priorizados e atendidos.

A participação da comunidade, como lideranças, professores e alunos é muito importante pelo envolvimento efetivo dos indígenas nas tomadas das decisões, quanto as ações compreendidas nos vários momentos do processo educativo, isto é, no planejamento, na definição de prioridades e nos trabalhos a serem aplicados dentro da Escola.

Xapono: A Casa Comunitária

Xapono é traduzido comumente por casa comunal, mas seu sentido é mais abrangente, tanto do ponto de vista linguístico como simbólico. Para Laudato (2009, p. 33) é “‘arca amazônica’, que gera em quem adentra nela ‘impressões e sensações’ difíceis de descrever ou captar”. Brito (1995, p. 31) a descreve como “representação do cosmo, da hierarquia entre os seres (plano superior e inferior) e das dimensões do universo”. É uma espécie de farol plantado no oceano vegetal, onde os Yanomami aportam após caças e coletas (LAUDATO, 2009).

O fato é que o *Xapono*, a casa tradicional yanomami carrega sentidos muito além de simples moradia. Desde a escolha do terreno, a coleta e preparação da estrutura, até a sua ocupação e a divisão de tarefas e de responsabilidades. O *Xapono* é o retrato da visão mais genuína que o Yanomami compreende por sociedade. É um espaço físico aberto, circular. Trata-se de um ambiente de fácil acesso, arejado, onde se possa caminhar, descansar, conversar e naturalmente aprender, ou seja, toda ação que ocorre nesse ambiente, nele se realiza; tem como característica a aprendizagem, a partir da convivência, da familiaridade, da espontaneidade, da dinâmica dialeticamente envolvente.

No *Xapono* encontra-se uma síntese do ambiente formativo da comunidade indígena yanomami. Ele encerra o conjunto de condições de uma aprendizagem que valoriza as experiências sensoriais desde a infância à vida adulta, ao mesmo tempo em que tal acesso à Educação se realiza de forma natural e democrática, como direito de todos. Pois, “a residência comunitária yanomami não é uma pura e simples construção física, mas é a expressão de uma organização tribal, que se apoia em sólidos, constantes e fortes vínculos de sua tradição viva e fecunda e em particular a verdadeira imagem reflexo da moradia do Eterno” (LAUDATO, 2009, p. 37).

É nesse quadro de aprendizagem sociocomunitária que se imagina a Educação Yanomami antes do contato, porque é assim que se percebe ainda hoje uma formação que educa para a vida, a partir dos quadros reais do cotidiano com a colaboração de toda a comunidade. Assim também foi a Educação Grega, “através desta iniciação coral e social, efetuava-se a preparação dos adolescentes para as tarefas da vida adulta do cidadão” (MANACORDA, 1989, p. 47).

Ao narrar suas experiências na escola com os Yanomami do rio Catrimani, Brito (1995) lembra os frequentes pedidos dos *tuxauas* – “*Escolamou nimai*”. Faziam questão que a professora os acompanhasse nos trabalhos diários, nos espaços de descanso e nas conversas. “Apesar da escola montada e planejarmos alguns procedimentos, a tarefa maior era de acompanhá-los em suas programações. *Escolamou nimai* podia ser

em qualquer local ou momento, solicitado ou não [...] A escola era um espaço facultativo de aprendizagem” (BRITO, 1995, p. 75).

De fato, a Educação na concepção prática da aldeia é uma tarefa socializada, realizada por todos. Todos são agentes educativos e juntos constroem o perfil yanomami. Esta Educação difusa, “sustenta a sua organização no ambiente da floresta, garantindo o mito, a língua e a tradição” (BRITO, 1995, p. 20). Quando chegou a escola ocidental a coisa mudou bastante. De um espaço aberto e sociocomunitário, passou-se a sala de aula. Do grande círculo sociocomunitário do *Xapono*, os yanomami foram inseridos no retângulo predial sob a tutela de um professor.

A vida comunitária como “sujeito educativo”, passa ao currículo conteudista como mestre a ser escutado. E quando o educando resiste a este domínio, seja com a rebeldia, ou mesmo com a agitação pelo desconforto que a aula lhe causa, ele é “enquadrado” como: rebelde e desinteressado. Assim afirma Gamboa (2007, p. 133):

Um aluno ativo e participativo pode gerar problemas de disciplina e converter-se no aluno-problema no contexto de uma concepção tradicional da educação, em que a relação pedagógica está centralizada no professor falante e “verbalista”, que estabelece normas verticais de conduta e exige uma paciente receptividade dos alunos.

O contexto de Educação social livre, compartilhado, em que cada indivíduo é estimulado a assimilar os conhecimentos importantes às suas necessidades como pessoa, incluindo o cultivo de sua personalidade, qualidades e defeitos, deslocou-se para a necessidade de aprovação e desempenho avaliativo. O desenvolvimento educativo do Yanomami que ocorre no *Xapono* é gradual, progressivo e integral, uma vez que considera diferentes atores e complexas aprendizagens que servem aos quadros reais da vida da comunidade, o que significa considerar ainda os mitos, as lendas, os saberes espirituais da florestas e do mundo invisível. Brito (1995, p. 22) corrobora:

Entre eles, o amadurecimento bio-psico-social-político-mitológico não é marcado em etapas e nem fragmentado em momentos. A Educação de cada um é de interesse da comunidade toda. Compara-a com um círculo, como a sua maloca, que vai crescendo e se expandindo. O processo é global e globalizante. O mundo da mata envolve o homem todo e este responde a ele e a tudo que nele vive com a totalidade de seu ser. O oxe, criança, ou thuë, mulher adulta, quando toma o seu balaio e vai à roça, o faz com toda a abrangência do mundo cósmico que lhe é própria.

Neste círculo educativo socializado, que aqui chama-se de educação socio-comunitária, formam-se em primeiro lugar o Yanomami e, concomitantemente, suas habilidades que o definem na sua relação com a floresta. Esta é uma intuição original da Educação Yanomami: formar sociocomunitariamente para a vivência socioambiental. “As crianças se educam para ser yanomami. O bom yanomami é *waittheri*, *pihi toprarou*, *xi ihete*, *ohote*, *moyami*, corajoso, alegre, generoso, trabalhador, e com juízo, inteligente” (BRITO, 1995, p. 20).

Educar com a Terra-Floresta: *Ipa Uhiri*

Para os Yanomami tudo que existe possui espírito (*hekura*). Tudo tem dono e estes seres estão associados ao território físico-espiritual que se chama *Urihi*. A terra é

um ser vivo onde peixes, animais, flores, pessoas e espíritos estão intimamente conectados. Por este motivo o ritual para a iniciação xamânica é um mergulho na natureza. O mundo é palpante, extasiante, complexo e interligado, com uma infinita variedade de plantas e animais “vivificadas pelas águas escuras, é repleta de uma imensidão de espíritos, que irradiam seus fluidos benéficos ou maléficos, que invadem as profundezas mas íntimas do coração humano” (LAUDATO, 2009, p. 254).

Por isso, o uso racional dos bens é tão fundamental para a sustentabilidade dos recursos naturais. Recorda-se que após assistir, com jovens yanomami, um vídeo sobre mineração, perguntou-se a eles o que pensavam da liberação das terras para empresas minerarem. Um deles, após uma longa pausa, disse:

Nós usamos nossas mãos para tirar ouro. A gente só tira um pouco, a gente vende e compra as coisas. Só que eles (os napë), não vão querer vir aqui cavar com a mão deles, né? (risos). Eles vão trazer aquelas máquinas e vão tirar tudo, vão derrubar a mata, abrir estradas, contaminar o rio, por isso eu acho que não vai ser bom pra gente se eles vierem. Os velhos já disseram que não querem que eles entrem porque vai mudar tudo aqui, mas tem gente que quer também (Conversa gravada com o jovem Yanomami J. em 30 de abril de 2022).

Perguntado se já haviam trabalhando no garimpo e o que acharam da experiência, o tempo de silêncio foi maior ainda. Parecia que havia um certo constrangimento em falar do assunto. Por fim, o jovem R. afirmou: “Eu já fui lá. É muito ruim, só fiquei lá pra ajudar meu pai. É muito frio, é tudo feio” (Conversa gravada com o jovem yanomami em 30 de abril de 2022).

De fato, para o Yanomami a floresta é sagrada, tem valor sagrado porque aí moram os espíritos e a fonte de toda vida. Violá-la significa a morte do mundo material e espiritual. “Os *xapiri* têm amizade pela floresta, porque ela lhes pertence e os faz felizes. Os brancos acham bonita a natureza que veem, sem saber por quê. Ao contrário, sabemos que a verdadeira natureza é tanto a floresta como as multidões de *xapiri* seus habitantes” (KOPENAWA, 2015, p. 476).

O conceito yanomami de ecologia, de floresta, de vida integral, ação responsável ganha um sentido original e factível porque é assim que pensa e vive o indígena de Maturacá. O movimento de reconhecimento e de respeito pelo ambiente em que se vive, o sentido de pertencimento, é natural a todas as suas ações. Se vai ao rio, o yanomami sabe respeitar os horários de banho, se vai caçar, precisa pedir autorização aos espíritos para ser bem sucedido, se planta ou colhe os frutos da terra, deve dar graças a floresta pela benção recebida.

Na floresta, a ecologia somos nós, os humanos. Mas também, tanto quanto nós, os xapiri, os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento, e o sol! É tudo o que veio à existência na floresta, longe dos brancos; tudo o que ainda não tem cerca. As palavras da ecologia são nossas antigas palavras, as que Omama deu a nossos ancestrais. Os xapiri defendem a floresta desde que ela existe. Sempre estiveram do lado de nossos antepassados, que por isso nunca a devastaram. Ela continua bem viva, não é? Os brancos, que antigamente ignoravam essas coisas, estão agora começando a entender. É por isso que alguns deles inventaram novas palavras para proteger a floresta. Agora dizem que são agentes da ecologia porque estão preocupados, porque sua terra está ficando cada vez mais quente (KOPENAWA, 2015, p. 480).

Doadas por *Omama*, a terra como ser vivente, exige uma responsabilidade solidária. E a compreensão do valor de proteção do meio ambiente é algo natural na comunidade. Cuidar da terra faz parte do imaginário coletivo da vida yanomami, está no seu DNA. É por isso

Que quando essas novas palavras dos brancos chegaram até nós, nós as entendemos imediatamente. Expliquei-as aos meus parentes e eles pensaram: 'Haixopë! Muito bem! Os brancos chamam essas coisas de ecologia! Nós falamos de urihi a, a terra-floresta, e também dos xapiri, pois sem eles, sem ecologia, a terra esquenta e permite que epidemia e seres maléficos se aproximem de nós!'" (KOPENAWA, 2015, p. 480).

Importante, porém, frisar, que a relação de respeito e cuidado do yanomami com a natureza não é uma relação “naturalista”, sem contatos ou interferências, ao contrário, é uma relação de mútuos compromissos que a vida comunitária estabelece e rege. Um dos principais fatos que causaram um mal estar foi quando, subindo o rio Maturacá de barco, se contemplava a beleza exuberante da natureza ao avistar um pequeno animal local que tentava atravessar o rio. Aparentemente havia se perdido da vara arrastado pelas águas caldalosa. O prático yanomami logo se aproximou do animal indefeso pronto para desferir um golpe. Um pouco assustado lhe disse: “Mas ele é um filhote”. O indígena com um leve sorriso no rosto, respondeu apenas: “Já dá pra comer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos da Amazônia possuem uma longa trajetória e têm muitas histórias para contar, que falam da vida e rementem, invariavelmente, ao homem vivente na sua relação com o outro humano, com o ser divino e com todo o cosmo. Uma vida que é expressão da originalidade do amazônida, mas que é também diversidade, hibridismo, presente no rosto caboclo, negro e ribeirinho. No rosto de um povo, de uma nação, feita de muitas etnias.

Os indígenas souberam construir formas sociocomunitárias de resistência. O binômio “cultura e resistência”, projetou-se como barreira ao avanço do colonialismo ocidental, ultrapassando o sentido puramente religioso, estendendo-se aos domínios afetivo, político, ético, material, cotidiano, ajustando-se ao próprio cristianismo, reforçando a busca do Paraíso, alterando inclusive as rotas migratórias do litoral para o interior dos sertões.

Estas sociedades, por muitos consideradas como pré-evoluídas, propõem, a partir de suas narrativas sagradas e do seu estilo de vida mergulhado na natureza, paradigmas que podem ajudar a buscar caminhos de convivência mais harmoniosa com o meio ambiente, apontam formas de relacionamento com o sagrado, indicando outras possibilidades de encarar o conhecimento racional como mediação para a descoberta da transcendência. Assim é o povo Yanomami.

Pela pesquisa realizada, considera-se que ao conhecer sua vida, cultura e valores, mergulha-se em uma fantástica viagem ao “paraíso” criado para usufruto e cuidado. Nesse paraíso há narrações de lutas, conquistas, batalhas pela vida e contra o domínio cultural do outro estrangeiro. É uma história que remonta ao passado, mas que não negligencia o presente.

E qual a participação nesse contexto? Pela investigação, acredita-se que a primeira atitude é despertar a sensibilidade pela causa das minorias, uma atitude mais empática por seus costumes. Perto ou longe, há sempre um grupo de “invisíveis” marginalizados pedindo socorro; o segundo passo é ser presença nos espaços reais e virtuais de debate sobre a questão ambiental: compartilhar informações, dialogar com amigos, denunciar o mal. Por fim, buscar caminhos de engajamento da população nas ações pertinentes à valorização, mobilização política e superação de preconceitos étnicos raciais praticados contra os Povos Tradicionais por meio da Educação.

A questão indígena, assim como o tema ambiental, são assuntos urgentes e necessários para a construção de uma sociedade justa, solidária e sustentável. O cenário político local e mundial é desafiador e por isso mesmo tem estimulado a busca de alternativas viáveis para o desenvolvimento desses povos.

Entre os Yanomami de Maturacá, a pesquisa destaca no seu estilo de vida sociocomunitária elementos que podem ajudá-los a fortalecer sua identidade cultural, o usufruto dos recursos naturais bem como estimular uma adequada abordagem dos recursos econômicos pela exploração do ecoturismo.

Há que pensar essa iniciativa vinculada ao Projeto Político da Escola, porque se acredita ser ela a instituição que pode reforçar ou fragilizar os valores próprios da cultura yanomami, haja vista ser a instituição que todos os dias tem contato formativo com os adolescentes e os jovens da aldeia, inclusive fazendo interlocução no ritmo cultural da comunidade.

É o que se sinaliza nessas conclusões, e que vai de encontro aos objetivos da pesquisa que buscou identificar dilemas e desafios do seu universo cultural que podem auxiliar na formação das novas gerações yanomami para uma maior consciência socioambiental: evantar os desafios educativos, a partir do cotidiano da comunidade: lideranças, professores e alunos; apontar estratégias pedagógicas sobre os aspectos socioambientais que estão presentes no Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Imaculada Conceição.

Oxalá, nossa boa disposição e a sincera colaboração de tantas pessoas que participam deste mutirão, produza bons frutos e mais pesquisas nesse campo.

SOCIOCOMMUNITY ASPECTS OF YANOMAMI ECOLOGICAL EDUCATION IN MATURACÁ/AM

Abstract: this article highlights a Professional Master's research carried out between the years 2021 and 2023, in the Graduate Program of the University of Amazonia (UNAMA). The problem was: how can the community dimension, aligned with the school pedagogical project, contemplate socio-environmental practices in the Yanomami context of Maturacá/AM? As a general objective, to analyze how the community dimension, aligned with the school pedagogical project, can contemplate, in the Yanomami context of Maturacá/AM, socio-environmental practices. Its specific objectives were to identify dilemmas and challenges of their cultural universe that can help in the training of new Yanomami generations towards greater ecological awareness; raise educational challenges, based on the daily life of the community, leaders, teachers and students and point out pedagogical strategies present in the Pedagogical Project of the Imaculada Conceição Indigenous School. As a methodology, participant-type field research was adopted. This research considers that the Yanomami have limits, ambiguities and dilemmas in their educational process. However, there is a sense of community belonging as a socio-community path towards ecological education.

Keywords: *Indigenous Education. Sociocommunity. Socioenvironmental. Yanomami. Ecological Education.*

ASPECTOS SOCIOCOMUNITARIOS DE LA EDUCACIÓN ECOLÓGICA YANOMAMI EN MADURACÁ/AM

Resumen: *este artículo destaca una investigación de Maestría Profesional realizada entre los años 2021 y 2023, en el Programa de Posgrado de la Universidad de la Amazonia (UNAMA). El problema era: ¿cómo la dimensión comunitaria, alineada con el proyecto pedagógico escolar, puede contemplar prácticas socioambientales en el contexto yanomami de Maturacá/AM? Como objetivo general, analizar cómo la dimensión comunitaria, alineada con el proyecto pedagógico escolar, puede contemplar, en el contexto yanomami de Maturacá/AM, prácticas socioambientales. Sus objetivos específicos fueron identificar dilemas y desafíos de su universo cultural que puedan ayudar en la formación de nuevas generaciones Yanomami hacia una mayor conciencia ecológica; plantear desafíos educativos, a partir del cotidiano de la comunidad, líderes, docentes y alumnos y apuntar estrategias pedagógicas presentes en el Proyecto Pedagógico de la Escuela Indígena Imaculada Conceição. Como metodología se adoptó la investigación de campo de tipo participante. Esta investigación considera que los Yanomami tienen límites, ambigüedades y dilemas en su proceso educativo. Sin embargo, existe un sentido de pertenencia comunitaria como camino sociocomunitario hacia la educación ecológica.*

Palabras clave: *Educación Indígena. Sociocomunitario. Socioambiental. Yanomami. Educación Ecológica.*

Notas

- 1 Maturacá é um termo também utilizado como Território Indígena, mas que no decorrer do texto a referência será sempre a comunidade dos yanomami.
- 2 Alucinógeno feito com as sementes ou casca da árvore do *paricá*, usado pelos pajés durante seus rituais.

Referências

AGENDA 2030: *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

AGUIAR, Katriny Alves de. *Formação de Professores Yanomami*. EUA, Manaus-AM: 2018.

ALMEIDA, Leonardo Ferreira. *Antônio José Góes: uma vida missionária de pioneirismo e de dedicação aos Yanomami do Amazonas*. Aracajú/CE: Criação Editora, 2020.

BRASÍLIA. *Projeto Saúde Yanomami*. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 1990.

BRITO, Maria Edna de. *Etno Alfabetização Yanomama: da comunicação oral à escrita – relato de um processo construtivista e entre o povo da floresta*. CIMI: São Gabriel da Cachoeira/AM, 1995.

FELIX, Cláudio Eduardo. *Uma escola para formar guerreiros: professores e professoras indígenas e a educação escolar indígena em Pernambuco*. Irecê-BA: print Fox, 2007.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias*. Argos: Chapecó, 2007.

GARCIA, Ívina. Um povo à mingua: perfil alimentar de crianças Yanomami aponta para desnutrição severa e agravamento da fome. *Revista Cenarium Amazônia*, ano 03, n. 24, jun. 2022. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/perfil-alimentar-de-criancas-yanomami-aponta-para-desnutricao-severa-e-agravamento-da-fome/>. Acesso em: 20 set. 2022.

GRUPIONI, Luís Donisete. Do Nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a educação escolar indígena. In: *Legislação Escolar Indígena, Painle 5*. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

LAUDATO, Luis. *Ritmos e rituais Yanomami*. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. Traduzido por Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

PPP Escola Estadual Indígena Imaculada Conceição. *Projeto Pedagógico Yanomami*. São Gabriel da Cachoeira, 2022.

YARIPO, Ecoturismo Yanomami – *Plano de Visitação. Amazonas: 2017*. Disponível em: file:///C:/Users/Pe.%20Ivanildo/Downloads/Mestrado%202022/plano_de_visitacao_parna_pico_da_neblina.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.